

Cortes constantes de energia paralisam tribunal judicial

Fizeram obras no edifício mas esqueceram-se de reforçar a potência do contador eléctrico.

Cortes de energia estão a afectar o funcionamento do Tribunal de Chaves. Foram feitas obras, mas foi "esquecido" o reforço de potência para suportar o aumento da carga eléctrica. Com os computadores a irem abaixo funcionários dizem que trabalho "não rende".

Ao início da semana passada, um juiz do Tribunal de Chaves viu-se obrigado a cancelar um julgamento depois de a energia eléctrica ter ido abaixo "quatro vezes" seguidas. "Ainda se esperou algum tempo, mas quando o funcionário ia reiniciar o computador, voltava a ir abaixo. Não havia condições!", justificou Liliana Silva, juiz presidente.

Este é apenas um exemplo dos muitos transtornos que os constantes cortes de energia eléctrica estão a causar no tribunal flaviense, onde estão ainda em curso obras de modernização do edifício. No entanto, não foi assegurado, em simultâneo, o reforço de potência do contador eléctrico, para suportar o aumento da carga eléctrica, que se verificou, por exemplo com a instalação de ar condicionado ou com um elevador. Aliás, os equipamentos não podem ser usados porque o contador não aguenta.

Situação arrasta-se há meses

A situação arrasta-se há meses, embora tenha piorado com a chegada do frio e com a necessidade de os funcionários ligarem os aquecedores que têm junto às secretárias. "Quando estou a trabalhar fora do sistema? Citius-plataforma electrónica?, consigo ir trabalhando no meu portátil, mas os funcionários que estão sempre a trabalhar no sistema não conseguem fazer nada. O trabalho não rende", explicou Liliana Silva, lembrando que os cortes de energia também deixam sem funcionar os telefones e os faxes. Muitos funcionários trabalharão de casaco. E na sala de audiências ter-se-á optado por um aquecedor a gás.

A baixa potência do contador está igualmente a afectar o decorrer das próprias obras, que já contam quase com um ano de atraso, na medida em que o quadro eléctrico também não suporta as próprias máquinas da empresa que está a levar a cabo as obras.

Inicialmente, o atraso na execução do reforço de potência estaria relacionado com o facto de o Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, organismo do Estado responsável pela obra, não ter depositado uma caução a favor da EDP para o efeito. Em causa estariam cerca de 11 mil euros. No entanto, a juiz presidente garante que depois de alguns contactos junto do Instituto, o depósito da verba terá sido feito a 6 de Novembro. "Entretanto, já fiz novas diligências junto da Direcção-Geral, que foram muito diligentes. Julgo que o problema será resolvido em breve. Só faltará uma certificação", revela a magistrada.

Ao JN, fonte da EDP garantiu que "respeitou todos os prazos" e que a ligação está apenas dependente de um certificado da Certiel, entidade externa que certifica que a ligação possui condições de segurança. "A certificação da instalação já foi pedida, o que permitirá num curto espaço de tempo resolver o problema", disse, por sua vez, o gabinete de comunicação do Ministério da Justiça, não justificando, no entanto, o atraso da execução do reforço do quadro eléctrico.